



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO  
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DO CAMPUS TRINDADE

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – UMA  
TRAJETÓRIA DE EFETIVAÇÃO DEMOCRÁTICA OU POLITICA?**

LUCIÁRIA ALMEIDA DA SILVA

Trindade-GO  
2021

LUCIÁRIA ALMEIDA DA SILVA

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – UMA TRAJETÓRIA DE  
EFETIVAÇÃO DEMOCRÁTICA OU POLITICA?**

Trabalho de Conclusão de Curso a apresentado ao  
Campus Trindade para o Programa de Pós-  
Graduação *Lato Sensu* em Educação e Trabalho  
Docente.

Orientador (a) do Projeto: Luiz Eduardo de Jesus  
Fleury

Trindade-GO  
2021

## RESUMO

Este estudo tem como proposta, refletir a educação brasileira a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento que aborda as orientações as quais irão nortear as equipes pedagógicas na elaboração dos currículos locais. Nesse contexto, a BNCC apresenta as competências (gerais e específicas), mediante as habilidades e as aprendizagens essenciais que os alunos precisam desenvolver durante cada etapa da educação básica, compreendida desde Educação Infantil, até o Ensino Médio, buscando assim, reduzir as desigualdades educacionais existentes, ao mesmo tempo que procura nivelar a qualidade do ensino. Neste trabalho serão abordados os principais apontamentos, tais como: histórico do percurso da educação básica brasileira desde a constituição até os dias atuais, bem como a implementação da BNCC, enquanto proposta de currículo escolar. O presente estudo, destaca ainda, a necessidade da formação de professores, para atuar com a nova BNCC, mediante a formação inicial e continuada, tendo em vista os princípios de conhecimentos, a prática e o engajamento no processo para desenvolvimento do currículo. A metodologia que norteia este estudo é de caráter bibliográfico com a revisão de literatura.

**Palavras-Chave:** BNCC. Formação Pedagógica. Equidade educacional

## ABSTRACT

This study aims to reflect Brazilian education from the National Common Curricular Base (BNCC), a document that addresses the guidelines which will guide the pedagogical teams in the preparation of local curriculum. In this context, BNCC presents the competences (general and specific), through the essential skills and learning that students need to develop during each stage of basic education, ranging from Early Childhood Education to High School, thus seeking to reduce educational inequalities existing, while seeking to level the quality of education. In this work, the main notes will be addressed, such as: history of the path of basic Brazilian education from the constitution to the present day, as well as the implementation of the BNCC, as a proposed school curriculum. The present study also highlights the need for teacher training to work with the new BNCC, through initial and continuing training, in view of the principles of knowledge, practice and engagement in the curriculum development process. The methodology that guides this study is bibliographic with a literature review.

**Key words:** BNCC. Pedagogical Training. Educacional equity

## **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho consiste em debater a questão do currículo mediante a proposta da Base Nacional Comum Curricular- (BNCC), bem como a atuação docente com a atuação da proposta e currículo, visando analisar o currículo no que concerne a equiparação do ensino em todo País.

No final de 2017 o Ministério da Educação (MEC) publicou um documento de caráter normativo em relação à educação escolar denominado Base Nacional Comum Curricular (doravante BNCC) como documento qual definiria o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da educação básica.

Com o propósito de buscar melhoria na qualidade da educação exigiu-se medidas sobre a construção de estratégias de mudança na estruturação do currículo. Portanto a definição da Base Nacional Curricular Comum, visa superar o atraso, a distorção, as realidades tão distantes e diversificadas percebidas entre as escolas de todo o país.

Cria-se, então, a regulação e foco no saber fazer, no domínio de competências e suas habilidades, para que, com base nelas, o educando seja capaz de responder as demandas objetivas apresentadas a ele no mundo real. Dessa forma, tem-se como problemática a seguinte questão norteadora: Como está sendo construído o diálogo na BNCC entre o currículo e a formação de professores?

Faz-se necessário ressaltar que o documento da BNCC serve como parâmetro para compreender como a formação docente, visto que deve ser pensada a luz da Base, visto que os profissionais da educação básica serão os protagonistas na dinâmica do currículo pautada na prática pedagógica. Sendo assim, além da BNCC., outros documentos oficiais também norteiam as políticas educacionais, como a Constituição Brasileira e a LEI de Diretrizes e Bases orientadas pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

### **1. O CONTEXTO DA ESTRUTURA DA BNCC PARA EDUCAÇÃO E CIDADANIA**

Os princípios norteadores da BNCC, desde a sua proposição inicial, os quais podem ser compreendidos no âmbito do percurso tendo em vista o atendimento ao PNE em torno da exigência de uma Base Nacional. Comum Curricular .

Como salienta Oliveira (2011) em suas análises a respeito da política educacional mediante as mudanças significativas presentes nos parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs,) visando uma política de regulação e centralização do currículo.

Vale ressaltar que as bases que asseguram a BNCC desde a sua primeira versão, teve a preocupação de estruturar a consulta pública, incorporando os debates com especialistas do MEC discutida em seminários organizados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação UNDIME que coordenaram a elaboração do documento curricular como mostra a Fig. 01 sobre a estrutura da equipe.

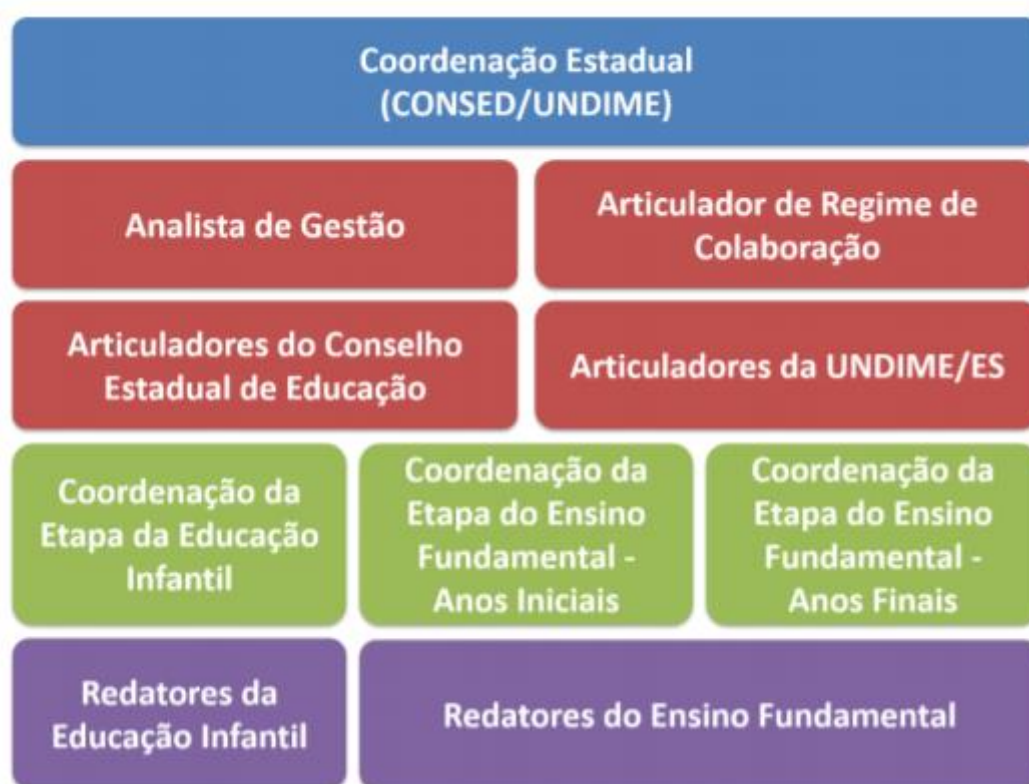


Figura 1 - Estrutura da Equipe de Elaboração Curricular

A terceira e última versão da BNCC, foi consolidada e entregue pelo Ministério da Educação (MEC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE) em abril de 2017.

(...) O exercício de um poder que produz seus efeitos sobre uma população que é governada como população, tomada em seu conjunto. (...). Por isso a ideia recorrente de que a educação brasileira deve abarcar todo o conjunto do povo brasileiro, garantindo a todos os cidadãos os mesmos direitos básicos no que respeita ao aprendizado. Um outro lado da questão é a uniformização que a BNCC promove, tornando possíveis as avaliações de larga escala, ícone do neoliberalismo contemporâneo, que possibilitariam que, ano a ano, tivéssemos um retrato fiel das condições da educação no país, de norte a sul e de leste a oeste, permitindo o planejamento de intervenções onde for necessário e o direcionamento dos recursos e dos investimentos de forma racional. GALLO (2017, p.38)

Prevista em Lei, a BNCC consiste em tornar-se como referência para todos os currículos de redes públicas e particulares do país, tendo como principal proposta, promover a equidade educacional, mostrar que todo o aluno tem os mesmos direitos educacionais.

Diante de tais considerações, os documentos oficiais vigentes para esclarecimento de todo o desenvolvimento da base para sua implantação, deparou-se com algumas interferências, entre elas, a formação de comitês e assessores e especialistas (dos estados, do Distrito Federal e dos municípios) com a atribuição de elaborar e aprimorar o texto até chegar em sua redação final.

A concepção de educação como direito abarca as intencionalidades do processo educacional, em direção a garantia de acesso, pelos estudantes e pelas estudantes, as condições para seu exercício de cidadania. Os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, apresentados pelos componentes curriculares que integram a BNCC, referindo-se as intencionalidades educacionais. (BRASIL, 2016, p.24-25).

Assim, a colaboração na construção dos documentos curriculares gerou muitos impactos positivos entre as ações, tais como: formação continuada de professores e gestores e a definição dos materiais didáticos de apoio. Nesse contexto, faz se necessário ressaltar que a formação de professores para que seja efetivada na íntegra, depende também de consolidação de vários outros problemas que são oriundos de outros aspectos além do currículo. Porém, a formação no âmbito das mudanças curriculares, tornam se de extrema necessidade, uma vez que o currículo brasileiro para ser trabalhado no século XXI, conta com a imersão no mundo das inovações tecnológicas e não é possível educar as crianças pautando-se em estruturas curriculares arcaicas.

## 1.1 OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNS) DOCUMENTOS CURRICULARES QUE ANTECEDERAM A BNCC

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, foram criados pelo MEC, com o intuito de normatizar e orientar os educadores, acerca de alguns fatores fundamentais das disciplinas que compõem o currículo, criados (1998) tinham a função de abranger todos os níveis da educação básica, das escolas. Visavam garantir aos educandos uma educação de qualidade por meio da explicitação dos objetivos a serem alcançados com cada disciplina curricular, frente as especificidades de cada área do conhecimento, bem como os conteúdos e critérios de avaliação.

Embora a BNCC seja um documento recente em relação a forma de orientar o currículo local, deve se considerar-se que esse documento também, foi elaborado à luz do que diz os PCNs e as DCN. Porém, no entanto, a Base é mais específica, determinando com mais clareza os objetivos de aprendizagem de cada ano escolar, sendo obrigatória em todos os currículos de todas as redes do país, públicas e particulares, ao contrário dos Parâmetros Curriculares Nacionais chamados PCNs.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que em seu Artigo 26, regulamenta uma base nacional comum para a Educação Básica. Em 1997, foram consolidados, em dez (10) volumes, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, apontados como referenciais de qualidade para a educação brasileira. Foram feitos para auxiliar as equipes escolares na execução de seus trabalhos, sobretudo no desenvolvimento do currículo. Desse modo em 1998, tornam-se consolidados, em dez (10) volumes, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano. A intenção era ampliar e aprofundar um debate educacional que envolvesse escolas, pais, governos e sociedade.

No ano de 2000 foram lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), em quatro partes, com o objetivo de cumprir o duplo papel de difundir os princípios da reforma curricular e orientar o professor, na busca de novas abordagens e metodologias. Portanto, ao ser instituído o Programa Currículo em Movimento buscou melhorar a qualidade da educação básica por meio do desenvolvimento do currículo da Educação Infantil, Ensino Fundamental Médio. Com esse propósito, os PCNs, foram elaborados procurando respeitar as diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país, bem como considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras

## **2.1 DISCUSSÃO SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**

Para ser implementada, a BNCC foi submetida a debates por especialistas e membros do MEC, das Secretarias de Educação locais dos Estados. Sociedade civil, professores a fim de assegurar a pluralidade em sua elaboração. Essa tarefa não foi nada fácil, considerando os distintos grupos sociais, as diferentes religiões, a cultura indígena e por essa razão, foram levantadas contestações de certos grupos na mídia, referindo se sobre a necessidade de abordar questões sobre gênero, com base apenas em argumentos de cunho religioso.

O Currículo tendo seus estudos desde de 2010 por meio de Fóruns Nacionais de



Educação, resultou em um documento sobre as propostas e reflexões para a Educação brasileira tornando um referencial para o processo educacional brasileiro nos diferentes componentes.

Seguindo o trajeto da Base Nacional, a Resolução CNE/ de 22 de dezembro de 2017 institui e orienta a implantação da base nacional comum curricular. Sendo o ano 2018, homologada o documento, correspondente às etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental,

### **3. A IMPORTÂNCIA DA UNIFICAÇÃO DO CURRÍCULO NACIONAL**

Até chegar a sua redação final, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) passou por significativas trajetórias e discussões, a fim de elaborar a nova proposta para a educação, apontando para a formação integral do aluno e a unificação do currículo em todo País.

Considera-se que no mundo atual, onde a informação é tão acessível, a educação deve proporcionar a oportunidade de desenvolver a criatividade, a criticidade, a autonomia, a capacidade de mobilizar conhecimentos e habilidades para resolver problemas do mundo contemporâneo, sendo o ponto de partida e referência para promover o alinhamento no sistema educacional.

Pensando nesse contexto, a homologação diante do processo de implementação da Base Nacional Curricular também se inicia a construção dos currículos de estados, municípios e escolas que Conforme a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), o momento é histórico na Educação brasileira e que o grande desafio é integrar a Política Nacional da Educação Básica , buscando contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, principalmente no que se refere à formação de professores para aliar a nova proposta curricular.

Além da adaptação dos currículos e projeto políticos pedagógicos (PPP), a formação inicial e continuada dos professores, os materiais didáticos e as matrizes de avaliações externas, como a Prova Brasil, um instrumento que avalia os alunos duas vezes ao ano. Pois se o currículo expandido, tinha função para igualar as condições do ensino, obviamente os conteúdos trabalhados numa determinada região, buscava acompanhar as demais.

O Ministério da Educação (MEC) já estava prevendo que todo esse processo a partir da sua homologação. Todas as redes procuraram alinhar seus documentos curriculares à BNCC, a partir dos referenciais curriculares locais, construídos assim, em regime de colaboração buscando, adaptá-lo à realidade local por meio de documentos curriculares complementares.

Nessa premissa, observou-se a necessidade de contextualização das diretrizes específicas de adaptação/implementação da proposta em todo País, faz com que o

fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo, possa garantir o acesso e permanência na escola, mediante a um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC se configura como instrumento fundamental para orientar esses currículos locais.

### 3.1 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

A Base Nacional Comum Curricular, conforme as competências apresentadas aos professores, deu ênfase à diversidade e ao caráter interdisciplinar, indicando a importância de adequação dos materiais didáticos, visto que estes, são recursos impactantes para os processos ensino e aprendizagem.

Assim, o parâmetro para a formação de professores, frente a execução da BNCC na prática ressalta a forma como os estados de se organizaram para apresentar o documento, em consonância com o Ministério de Educação e Cultura (MEC). A fim de promover por meio de muitas reuniões de estudos, a mobilização dos professores, criando o formato “Dia D” para discussão da Base Nacional Comum Curricular, tornando a partir desse dia, uma referência para a educação do País. A fig. 02 mostra um modelo dos panfletos que buscavam mobilizar os profissionais da educação, alertando para a importância de conhecer o documento Curricular, implantado em todo o Brasil .



Fig 02 Panfleto de Mobilização Nacional no Brasil para Estudar a BNCC. Ano 2018

Nesse contexto, a proposta do estudo da BNCC; teve um caráter formativo sobre o documento e ao mesmo tempo, deu engajamento aos profissionais da educação para a implementação do documento nas escolas. O Dia D aconteceu dia 06 de março de 2018 com mobilização para que todos os profissionais da educação participassem. Portanto ficou conhecido como: O “Dia D” da mobilização nacional. A iniciativa do Ministério da Educação com apoio da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e do Conselho

Nacional dos Secretários de Estado da Educação (Consed), promovida pelas unidades de ensino públicas e particulares, com intuito de discutir a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) buscando envolver toda a comunidade escolar das Redes: Municipal, Estadual e Particular para esse dia.

Mediante a concepção de competências e habilidades, enfatizando que o professor além de promover o conhecimento, precisam atuar numa prática em que busque tornar a cultura local, bem presente, no currículo. O aprimoramento do professor, em prol de conhecer o documento, bem como em participar dos cursos de formação, tornou-se uma necessidade. E por conseguinte, de um modo geral, a questão de estar apto, para as mudanças, trouxe consigo novas finalidades educativas para o processo educativo.

Conforme Buarque (2011) o professor do século XXI precisa se adaptar ao uso de sistemas e às mudanças, visto que ao longo do tempo, as exigências para formar cidadãos são maiores. Assim, a questão da formação contínua, torna-se uma necessidade constante.

Nessa premissa, entende-se que esta possibilidade de formação profissional, torna-se uma significativa ação para repensar a prática, bem como os processos de mudanças, visto que essas temáticas de atualização já são discutidas nos cursos de graduação de formação de professores nas licenciaturas, principalmente na área educacional.

No campo da discussão sobre a produção de conhecimento a partir da prática, Gatti (1997) traz suas contribuições, com um posicionamento no qual considera que a teoria e a prática se constituem uma unidade, em que toda teoria se origina na prática social humana e que nesta estão tácitos pressupostos teóricos, logo, a teoria e a prática possuem uma conexão circular, se retroalimentam, e ao percebermos este movimento e inseri-lo na concepção da formação de professores, poderíamos ter um processo mais integrador.

Nessa visão, é importante esclarecer que a teoria e a prática devem caminhar juntas e não serem consideradas uma consequência da outra. A partir dessa ótica, Pimentel (2014) esclarece que, é necessário que os conhecimentos teóricos tenham sentido e significado para que se possa perceber a relação entre a teoria e as ações cotidianas.

A formação continuada, tornou um arranjo essencial para que os docentes adaptassem as mudanças, engajados nas propostas pela Base Nacional Comum Curricular, buscando recursos e entendimento para nortear a prática pedagógica. As instituições por sua vez, são vistas como espaço de suportes para garantir a possibilidade de promover espaços de discussões e reflexões, diante do documento curricular proposto.

#### **4. METODOLOGIA**

O presente estudo, buscou refletir à implantação da BNCC nas escolas mediante a formação de professores e a experiência com o currículo que até então, eram contemplados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e livros didáticos. A partir da homologação da BNCC, este currículo passou a ser unificado e contribuíram para o desvelar os caminhos do currículo local orientado. Para elaboração do estudo, buscou-se orientar sobre o documento curricular exposto pela BNCC e os principais desafios enfrentados pelos professores diante da preparação e formação continuada para melhor compreender a proposta do documento .

Assim, por meio da pesquisa bibliográfica , buscou-se verificar o documento da Base Comum Curricular, também em autores que defendem a temática. A pesquisa bibliográfica baseia-se na consulta a textos, livros, documentos publicados a respeito do problema levantado e que gerou o interesse pela pesquisa. Segundo Cervo (1983, p.55) a pesquisa bibliográfica “busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado, tema ou problema.”

Para Severino (2007, p. 122) O (a) pesquisador(a) se serve das pesquisas já existentes para fundamentar seu trabalho, “utiliza-se de dados ou de categorias já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados”. Considera-se o embasamento para desenvolver o estudo, uma etapa fundamental , visto que influencia , seleção e fichamento das informações.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Foi de extrema importância abordar a temática de homologação da BNCC, visto que este documento tem o intuito de assegurar um ensino igualitário, mediante o currículo trabalhado nas escolas. Assim, a Base tem como proposta, nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil, uma vez que o documento estabelece os conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica.

Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Diante da inquietação da questão norteadora, sobre como está sendo construído o diálogo na BNCC entre o currículo e a formação de professores.

Vale ressaltar que o documento ainda está sendo apresentado, porém a organização do documento tem a preocupação de envolver os professores, bem como atender outros segmentos, tais como: universidades, escolas, secretarias, entidades da sociedade civil e especialistas em educação, uma vez que a Base tem a pretensão de atender às demandas curriculares, preparando um currículo igualitário, para que todos os estudantes, mediante a organização de práticas educativas que exercem uma função social, estabelecendo como ponte entre a sociedade, a escola e o conhecimento.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. 2ª versão revista. Brasília: MEC, abr. 2016. Disponível em: Acesso em: nov.2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.2018

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB** - Lei nº 9394/96, de 20 de Dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_ Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para Educação Infantil e Ensino Fundamental (homologada). Parecer CNE/CP 15/2017, de 15 de dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_ UNDIME; União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação2018

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) Língua Portuguesa Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação e dos Desportos, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em 10 ago. 2018.

BRASIL. Parecer CNE/CEB 36/2001 - Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: MEC, 2017

BUARQUE, Cristovão . Formação e invenção do professor no século XXI. In: Litto, F.M. & Formiga, M. (Orgs.). Educação à Distância: o estado da arte (2. ed.). São Paulo: Pearson Education. 2011

CERVO, Amado Luis Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983

CONSED Conselho Nacional de Secretários de Educação (2018)

GALLO, Silvio. Base Comum Curricular, um instrumento da Biopolítica. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, n.516, ano XVII, dezembro de 2017

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GATTI, Bernadete. Formação de professores e carreira: problemas e movimentos de Renovação. Campinas, SP: Editora Autores, 1997

MEC MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Educação Infantil ao Ensino Médio) – 1ª versão (2015).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Educação Infantil e Ensino Fundamental) – 2ª versão (2016).

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. Educação & Sociedade, Campinas, SP, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011. Disponível em: . Acesso em: 03 mar. 2016

PIMENTEL, Edna Furukawa.: Saberes e Práticas Pedagógicas. Brasília: Liber Livro, 2014

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. Educação para Cidadania Global: tópicos e objetivos de aprendizagem. Paris, UNESCO, 2016